



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

DIREITO E POLÍTICA EDUCACIONAL.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA:		
Programa	Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC)	
2. TIPO DE COMPONENTE:		
Atividade ()	Disciplina ()	Módulo (X)
3. NÍVEL:		
Mestrado (X)	Doutorado ()	
4. IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE:		
Nome:	Direito e Política Educacional.	
Código:	VAP7288	
Carga Horária Prática:	-----	
Carga Horária Teórica:	48 horas/aula	
Nº de Créditos:	3 créditos	
Optativa:	Sim (X)	Não ()
Obrigatória:	Sim ()	Não (X)
Área de Concentração:		
8. EMENTA:		
Conceito de Política Educacional. O Direito como instrumento de realização da Política Educacional. O ensino superior nas Constituições brasileiras: direito à educação como direito fundamental. O ensino superior na legislação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). O ensino superior na visão do Poder Judiciário: ações afirmativas e política de inclusão educacional.		
11. BIBLIOGRAFIA:		
ABREU, Marisa. Organização da educação nacional na constituição e na LDB. 3. ed. Itajaí: Unijuí, 2002. 160 p. BOAVENTURA, Edivaldo. Constituição e a educação brasileira. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 32, n. 127, p. 29-42, jul./set. 1995. _____. A educação e a justiça. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília, 8(2), p. 17-26, abr./jun. 1996. _____. Um ensaio de sistematização do direito educacional. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 33, n. 131, p. 31-57, jul./set. 1996. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2005. 190 p. BREZEZINSKI, Iria. LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2000. CUNHA, Luiz Antônio. Educação, estado e democracia no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 15. ed. São Paulo: Papyrus, 2003. 112 p. GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da		

igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. HERKENHOFF, João Batista. Constituinte e educação. Petrópolis: Vozes, 1987. HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: SAFE, 1991. LIMA, Maria Cristina de Brito. A educação como direito fundamental. Revista da EMERJ, v. 4, n. 13, 2001. MOTTA, Elias de Oliveira. Direito educacional e educação no século XXI. Brasília: UNESCO, UMA, 1997. POMPEU, Gina Vidal Marcílio. Direito à educação: controle judicial e exigibilidade judicial. Fortaleza: ABC, 2005. 302 p. RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo: Cortez e Moraes, 2000. SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2002. 164 p. SILVA, Carmen Sílvia Bissoli da; MACHADO, Lourdes Marcelino. Nova LDB: trajetória para a cidadania. 3. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 1998. 189 p. SOUZA, Paulo Natanael Pereira de. LDB e educação superior: estrutura e funcionamento. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2001. 249 p.